

Memórias da seca no semiárido nordestino: registro vivo na contemporaneidade

Memories of drought in the northeastern semiarid: living record in contemporary times

Enviado em: 30/10/2020

Aceito em: 04/06/2021

Vânia Maria Pessoa Rodrigues¹

Bertulino José de Souza²

José Gomes Ferreira³

Themis Cristina Mesquita Soares⁴

Resumo

A partir de pesquisas realizadas em torno das memórias, esse trabalho tem como objetivos colher narrativas de pessoas mais velhas quanto ao fenômeno

1 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2004); graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (1999). Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Plano de Formação de Professores da Educação Básica/ PARFOR. Possui Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Especialização em Mídias na Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. vaniarodrigues@alu.uern.br

2 Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002) e Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra - Portugal(2013). Estágio doutoral (2011) Université Paris Oeste Nanterre La Défense - Paris X. Professor Adjunto IV com Dedicção Exclusiva na UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte no Curso de Educação Física do CAMEAM. Atualmente é docente permanente do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Planejamento e Dinâmicas Territoriais - Plandites. bj_panorama@hotmail.com

3 José Gomes Ferreira; É licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL). É igualmente mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação pelo mesmo Instituto. É doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É atualmente professor visitante do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde é professor na Graduação em Gestão de Políticas Públicas e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Integra o grupo de pesquisa SEMAPA - Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental, na UFRN, do grupo de pesquisa em Comunicação, Ciência e Meio Ambiente (Preserv-Ação) da Universidade Federal do Pará e do Grupo de Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento - GEPPEDS/UFES. jose.ferreira@outlook.com

4 Possui graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA PLENA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1994), mestrado em Educação Física (ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) Pós Doutorado (2017) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/RN). Atualmente esta vinculada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido PLANDITES/ CAMEAM/ UERN. themissoares@uern.br

da seca (retirantes ou não) e conhecer a percepção delas em relação à convivência com esse período de estiagem. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, que empregou a técnica de História Oral, proposta por Thompson (2002), com base nos estudos sobre memória coletiva de Halbwachs (2013). Os depoentes descreveram cirurgicamente o cenário do enfrentamento das estiagens na figura do trabalho árduo, da dependência das políticas públicas, da imigração, da fome e das mazelas sociais decorrentes da escassez de água. Conclui-se, que as políticas públicas ensejaram mudanças significativas no percurso das sucessivas estiagens, através de medidas implantadas pelos governos, porém, com redução tímida dos impactos sobre a população acometida pelos danos das secas no semiárido nordestino, e por que não dizer, no município de São Miguel/RN.

Palavras-Chave: Histórias Oraís, Memórias, Seca.

Abstract

Based on research carried out around memories, this work aims to collect narratives from older people about the drought phenomenon (withdrawal or not) and to get to know their perception in relation to living with drought. This is a descriptive study with a qualitative approach, which used the Oral History technique, as proposed by Thompson (2002), based on studies on collective memory by Halbwachs (2013). The deponents surgically described the scenario of coping with droughts in the figure of hard work, dependence on public policies, immigration, hunger and social ills arising from water scarcity. Concludes, public policies have led to significant changes in the course of successive droughts through measures implemented by governments, however, with a timid reduction in the impacts on the population affected by drought damage in the northeastern semiarid, and why not say, in the municipality of São Miguel/RN.

Keywords: Oral History, Memoirs, Dry.

Introdução

O estudo apresenta algumas considerações a respeito de como a oralidade, enquanto metodologia, pode contribuir com o processo de constituição da memória social, a partir de questionamentos referentes ao contexto da seca no semiárido do Nordeste brasileiro, sendo resultado da coleta de histórias orais dos intervenientes que viveram e conviveram com longos períodos de estiagem. Trata-se de refletir mediante alguns acúmulos investigativos advindos da pesquisa, dos debates contínuos e permanentes

que envolvem a temática e o campo das memórias dentro de uma perspectiva de enfrentamento da seca de modo mais amplo. Para efeito, trazemos relatos de pessoas mais velhas que vivenciaram o fenômeno, procurando ter presente entre as novas gerações, o restauro do problema social e climático ocasionado pelas sucessivas estiagens.

De acordo com Halbwachs (2013), a memória é a lembrança de uma sucessão de eventos individuais, que produz mudanças e resulta em nossas relações com os grupos sociais. O autor apresenta “uma notável distinção entre a memória histórica, de um lado, supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado; e a memória coletiva, de outro, que recompõe magicamente o passado” (HALBWACHS, 2013, p. 14-15). Ideia que se coaduna com o estudo em questão, ao se propor em trazer para o presente, acontecimentos do passado por meio da memória coletiva dos pesquisados.

Discutir a temática memórias da seca é retornar ao passado em busca de um diálogo que venha reavivar as histórias de vida dos ressurgentes que conviveram com períodos sucessivos de aridez. Seca é sinônimo de resistência às diversidades naturais e às variações climáticas que se abateram no território do semiárido nordestino. A seca é caracterizada como o elemento central da região, assumindo um papel decisivo na identidade e na paisagem. É considerada no imaginário regional e nos discursos das oligarquias políticas, a causa da vulnerabilidade das pessoas, das atividades econômicas e do meio ambiente que assola o povo do semiárido.

Na condição atual de vetor do diálogo entre as memórias coletivas e a história oral de um povo que busca o resgate identitário sobre as representações do debate atual no contexto da seca, a pesquisa apresenta como cenário o município de São Miguel – RN, situado à região do semiárido do Nordeste do país, particularmente, na mesorregião do Alto Oeste Potiguar, a uma distância de 433 quilômetros da capital do estado, Natal. Esse município, em 2010, tinha uma população de 22.157 habitantes de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo assim, o vigésimo quinto município mais populoso do estado. Ocupa uma área de aproximadamente 166

km², com uma densidade demográfica de 129,05 hab/km² e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,606, considerado como médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)(IBGE,2019). A cobertura vegetal predominante desse cenário é a caatinga, que no período chuvoso, fica verde e florida, e na seca, de cor acinzentada, como se parecesse morta. Os depoentes são pessoas simples, de pele rugada, marcados pelo tempo e pela vida árdua em tempos de escassez de chuvas, conversadores ou prosadores que descrevem cirurgicamente os detalhes de convivência com a seca, que transcendem um brilho em seus olhos, ao relatar os fatos ocorridos, mesmo que tenham sido duros e espinhosos, não falta alegria em sua prosa.

Desse modo, sobrevoam em suas memórias o sol escaldante e o solo rachado dos açudes secos, a vegetação seca e espinhosa, a falta de água, a morte dos animais e o ressurgimento de doenças oportunas à situação. Além disso, surge a figura do refugiado ambiental em busca de outro lugar para sobreviver ou ressurgem nos trabalhos temporários, propostos pelas frentes de emergência locais, pois a seca, considerada como um fenômeno natural, alcançava o viés da repercussão nacional por meio da classe política da região, que recorria em busca dos recursos públicos junto ao governo federal.

Esse relato correlaciona-se com a descrição apresentada por Malvezzi (2007), as imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos retirantes nas estradas empoeiradas, dos animais mortos e da migração dos pássaros. Essas características acenaram incansavelmente o inconsciente da memória social dos nossos depoentes. Assim, nosso objetivo foi recolher narrativas de pessoas mais velhas quanto ao fenômeno da seca (retirantes ou não) e conhecer a percepção delas quanto à convivência com a estiagem.

O desenvolvimento da pesquisa busca valorizar as histórias orais de vida, um empenho do coletivo de atores sociais que discute a temática, um recorte reflexivo que busca salientar as discussões ocorridas e o significado da seca na vida dos pesquisados. Trata-se das experiências marcantes de um

passado em relação à temática que envolve o estudo, constituindo-se parte do restauro e da recuperação da memória de um grupo social.

Método

O estudo tem como base a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que tratou de analisar os dados empíricos obtidos, interpretando-os de acordo com a visão dos sujeitos acerca da realidade estudada, pois coaliza-se com a conotação de Triviños (1987, p. 112) ao afirmar que, “os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos”. A dimensão apontada pelo autor nos é adequada, sobretudo, por entendermos também como válido que, na acepção de Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes”. São estratégias metodológicas que dialogam com elementos sócio-históricos e que servem de instrumento eficaz para os pesquisadores das Ciências Humanas problematizarem uma determinada condição social.

Desse modo, elegemos como processo de coleta de dados, a técnica de História Oral, tal como proposta por Thompson (2002), uma entrevista de história de vida com uma descrição detalhada dos acontecimentos, ancorada nos estudos sobre memória coletiva de Halbwachs (2013), na qual nos aproximamos aleatoriamente de dez (10) indivíduos de ambos os sexos, com mais de 60 anos de idade, para indagar-lhes acerca de sua compreensão da seca enquanto fenômeno vivo.

Por conseguinte, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) para a análise e tratamento dos dados, apresentando-os por meio da construção de categorias importantes na organização das informações relevantes à pesquisa. De acordo com essa autora, a Análise de Conteúdo é,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da análise do conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2016, p. 38).

Ademais, a análise foi constituída também a partir do diálogo entre as contribuições teóricas de Albuquerque Júnior (2015), Alencar (2007), Altez (2019), Campos (2014), Canabarro, Moser e Ernesto (2018), Halbwachs (2013), Malvezzi (2007); Marengo (2008), Martins (2019), Moreira (2017), Pereira (2019), Paiva, Oliveira e Ferreira (2018), Silva (2016) e Thompson (2002), entre outros autores, estabelecendo articulações entre os dados e os referenciais citados, respondendo aos objetivos da pesquisa. Por meio dessa análise, os dados qualitativos ajudam a compreender os dados empíricos, pois “está relacionado aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a maneira como as pessoas compreendem este mundo” (POPE; MAYS, 2009, p. 13 - 14).

Esse raciocínio, a realização das entrevistas retoma o âmbito da diversidade do território e de acontecimentos individuais que integra-se ao coletivo dos nordestinos, em que os sobreviventes descrevem sua história de vida em períodos de seca, procurando, a partir dos testemunhos individuais, contribuir para a reconstrução da memória coletiva em relação a estiagem, reforçando o vínculo presente com as gerações passadas, ligadas a questões regionais e a memória social, “para entender-se como representações que estabelecem laços de continuidade em um dado grupo” (CANABARRO, MOSER; ERNESTO, 2018).

A partir da metodologia utilizada, o resultado é a descrição de uma narrativa de memória vivenciada pelos depoentes que conviveram no passado com longos períodos de estiagem em uma região estigmatizada como seca, pobre e miserável, marcada pela a imagem da imigração e do flagelo do homem nordestino. Apresentamos no percurso, a indicação dos resultados, destacando alguns aspectos relativos aos dados pessoais dos pesquisados, discussão e análise sobre o cenário de ascenso histórico resultante da memória dos entrevistados, organizados por categorias essenciais ao estudo. Por fim, descrevemos as considerações finais como resultado do objeto deste estudo.

Quem são os sujeitos da pesquisa?

Os sujeitos que conviveram com a seca e a incorporaram em seu contexto de vida, apresentam uma singularidade exclusiva de dependência do homem do campo - o agricultor, que vive da agricultura de subsistência, do fornecimento de alimentos, prioritariamente, para a manutenção da família e da vida, retirados exclusivamente do solo, que não produz, se não tiver chuvas para umidificar e fazer crescer vida na terra.

Os atores sociais foram dez (10) sujeitos que conviveram com longos períodos de estiagens, década de 1940 até os dias atuais. Desses, 60% (n=06) são do gênero feminino e 40% (n=04) do masculino, todos nascidos no Alto Oeste Potiguar, Rio Grande do Norte. Apresentam uma faixa etária entre 60 a 85 nos de idade, todos aposentados ou beneficiários que recebem recursos do governo federal, sendo um direito concedido ao homem do campo, no exercício da função de agricultor. São famílias humildes, de baixa renda, de acordo com o declarado em suas falas, 80 % (n=08) recebem de um a três salários mínimos e 20% (n=02) de quatro a cinco salários. Possuem, em média, dez (10) filhos por família.

Em relação ao grau de instrução, apresentam diferentes variações, desde de analfabetos até à 6ª série. O baixo nível de escolarização talvez seja reflexo do atraso de uma implantação de uma estrutura de ensino organizado para todos. Com isso, havia um verdadeiro abismo entre a elite e o grosso da população em termos educacionais:

As escolas de primeiras letras, no passado, nunca se imprimiu um caráter prioritário, senão pela declaração de intenções que, no mais das vezes, não ultrapassava o papel. A educação das crianças pequenas, por sua vez, manteve-se ao longo da história, como uma tarefa do lar ou destinada aos desvalidos. Só muito mais tarde seria concebida como política educacional (VIEIRA; ALBUBUQUERQUE, 2001, p. 24).

Nessa perspectiva, conforme acenaram os pesquisados, eles conviveram com uma estrutura de ensino baseada no que determinava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, que torna o ensino obrigatório, restringindo-se a escola primária de quatro anos e o ginásio

também de quatro anos. Porém, algo pode ser buscado em nossa construção histórica, desconhecida até o princípio do século XX; a importância da educação da grande maioria da população (VIEIRA; ALBUBUQUERQUE, 2001).

Com isso, a partir de um nível de escolarização precário, o senso comum ou a divindade religiosa prevaleceram como saída para a explicação da vida árdua e da escassez de chuvas na região. Existe unanimidade entre os intervenientes quanto à crença/religião – católica, apontando como filiação a entidade religiosa - dizimistas. O catolicismo demonstra, talvez, uma atitude de religiosidade assídua do povo micaelense, atribuída ao venerável “Homem Santo” que arrastavam multidões de pessoas por onde passava, “Frei Damião de Bozzano”, e ao próprio temor aos poderes “Divinos”, em que está atrelada a crença do povo católico. Também, ao santo considerado patrono das chuvas, “São José”, pensamento também descrito no recorte seguinte.

No imaginário popular ficou a imagem de que a chuva é um dom de Deus. A Ele e aos santos é que se pede chuva. Quando não chove, é também por vontade de Deus. Normalmente, esse “chover ou não chover” era relacionado aos pecados do povo. As procissões ao redor das lagoas para pedir chuva e o “sequestro dos santos” são práticas que revelam o modo popular de compreender a natureza (MALVEZZI, 2007, p 22).

Com isso, percebemos nos relatos, uma combinação de crenças, misticismo e esperança aos fatos recorrentes sobre famílias que afanavam, despercebidos, o santo das chuvas (São José) da casa de outra família, devolvendo somente quando este mandava chuva para molhar a terra seca daquela localidade. De acordo com a tradição, ocorrendo tal feito, realizava-se uma grande Novena em louvor ao santo patrono das chuvas, como forma de gratidão e atividade religiosa. Temos assim, uma amostra religiosa das características expressas dos sujeitos pesquisados com uma mesclagem entre o sagrado e o profano, na configuração da crença e da religiosidade do povo nordestino.

Desse modo, podemos exemplificar melhor essa transposição e apropriação dos elementos religiosos do povo católico, quando os pesquisados atentam para a possibilidade da passagem direta dos elementos profissionais, do religioso para o profano, dado a proximidade entre o período de

homenagem ao santo “São José”, dia 19 de março, com o próprio período de chuvas na região. “O período chuvoso pode ir de setembro a março, mas nunca se sabe nem o dia nem o lugar em que vai chover. Não há período fixo, nem lugar certo, para chover” (MALVEZZI, 2007, p. 10). Essa inconstância de chuvas, marcada pela escassez, é o que caracteriza a região como castigada pela seca, pobre e miserável.

Ademais, os entrevistados, em sua maioria, do gênero feminino, declararam exercer a função de “Dona de Casa”, portanto, atividades tradicionalmente ligadas à condição de mulher, relacionadas ao cuidado e o zelo pela família, enquanto os homens, apresentam diferentes funções, como por exemplo, coveiro, comerciantes e agricultores. Em seguida, foi indagado aos depoentes sobre possíveis patologias que levam ao desencadeamento de futuras doenças; 50% (n=05) afirmaram ter pressão alta como problema de saúde mais comum e tomam medicamentos para o controle da pressão arterial; 40% (n=04) não apresentam nenhuma disfunção em relação à saúde, portanto, saudáveis; e 10% (n=01) tem isquemia transitória e que depende, continuamente, de medicamentos e dos cuidados médicos.

A identificação dessas patologias é um importante aspecto na prevenção e tratamento de diversas condições crônicas de saúde como diabetes, hipertensão arterial, problemas cardiovasculares, ósseo ou articular e diferentes distúrbios que podem ser entendidos como um agravo de caráter multifatorial, inclusive, pode ser decorrente de esforços prolongados das condições de trabalho e de vida do sujeito (BRASIL, 2013).

A partir dos relatos, percebe-se que esses autores foram figuras presentes nas principais estiagens que assolaram o povo nordestino, onde o fenômeno da seca é o elemento central da região Nordeste, assumindo um papel decisivo na identidade regional. O Nordeste, como qualquer outra região semiárida do mundo, esteve e estará sujeito a secas periódicas, porque uma das características naturais desse tipo de região, é ter chuvas irregulares e mal distribuídas geograficamente, e a própria composição do solo contribui para tal fato. O “subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, sendo a captação

da água de chuva uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região (MALVEZZI, 2007. p. 10).

No território da pesquisa, registraram-se diversas secas que afetaram intensamente os depoentes que dependem das águas da chuva para sobreviver. Os dados apresentados, em que os intervenientes descrevem sua história de vida, em períodos de sucessivas estiagens, contribui para a reconstrução da memória social sobre a seca, reforçando o vínculo com as gerações passadas, na apresentação de um contexto vivo na contemporaneidade. O problema foi analisado não só em sua origem climática, mas também como problema social que reflete formas de dominação, de sobrevivência e de conflitos pela água e pela terra no semiárido nordestino, particularmente, no município de São Miguel/RN.

Caracterização da seca pelos depoentes: enfrentar ou desistir?

A partir das reflexões suscitadas pela pesquisa, em torno das memórias da secas, propomos algumas considerações críticas em relação aos legados políticos, econômicos, sociais e culturais, que se mantêm presentes na lembrança social e coletiva das famílias micaelenses, especialmente, no que se relaciona, direta ou indiretamente, com o cenário de calamidade pública, decretado em algumas regiões por ocasião da vivência com as secas que assolaram o homem nordestino, as sucessivas estiagens e manifestações públicas sociais reeditaram as “batalhas de luta da memória da seca”, contraditoriamente, utilizando expoentes da democracia como, por exemplo, o direito ao usufruto do bem maior – a água, sinônimo de vida.

Desse modo, rememorar os períodos de secas e o imaginário de centenas de famílias que nasceram, viveram e conviveram com as estiagens mais longas de que se tem na história do povo nordestino, mas particularmente, o residente micaelense, é descrever com propriedade, as características, o enfrentamento, as lembranças, a fome, a miséria, a emigração, os riscos sociais, as dificuldades, a situação financeira e a

exploração dos intervenientes na época. É também expresso com propriedade as angústias de um passado seco por meio da memória coletiva.

Segundo Altez (2019), o conceito de memória coletiva é mais complexo que o de memória individual, razão pela qual é, frequentemente, objeto de revisões e debates conceituais. O intuito desse trabalho é estabelecer uma discussão relacionada ao enfrentamento da seca, com base nos relatos de rememoração, emitindo pareceres e olhares dos próprios depoentes, com base na leitura de diversos autores de diferentes épocas, como por exemplo, Maurice Halbwachs. Em princípio, avisamos que as lembranças não são histórias congeladas no tempo, mas estão propensas a adquirir vivacidade e diferentes contornos em seus significados.

Nesse sentido, apresentamos um quadro a seguir, com as características relativas ao enfrentamento da seca, através da memória revelada pelos entrevistados, destacando que a questão da sobrevivência dos intervenientes soou como algo legítimo e não imaginário, e a seca como fato recorrente em vários municípios do Alto Oeste Potiguar, inclusive, em São Miguel/RN, pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil, localizado na divisa com o Ceará.

Tabela 1 – Representações sobre a seca a partir da experiência viva dos depoentes. Fonte: Depoimento dos pesquisados, 2019.

O solo seco, a vegetação acinzentada o sol quente que parecia tremer na infinidade.
Seca é coisa pesada e ruim lembra a vegetação morta cor de cinza, as doenças que nem sei de onde saia, a morte do gado e de outros animais.
Significa a dificuldade de alimentação, a <i>farta</i> de água e de solidariedade.
“Seca é <i>farta</i> de água, madrugava nas cacimbas para trazer água para matar a sede e cozinhar, muito distante de casa. A seca significou muita tristeza, mas também, aprendizagem para sobreviver aquela dureza da vida”.
Carregava <i>balduis d’água</i> de muito longe, tinha uma cacimba que sempre ia aumentando de tamanho no sentido de não <i>fartar</i> água. Era a única fonte que abastecia a comunidade. Isso a 4km de distância, a pé ou montado no jumento.

Seca é coisa ruim: fome, doenças, <i>farta</i> d'água, a morte dos animais.
Muito sacrifício, a <i>farta</i> de água, as filas se formavam de madrugada para conseguir um <i>baldu d'água</i> , no cacimbão da lagoa de São Miguel.
Coisa ruim, <i>farta d'água</i> , os animais morriam de sede, andava-se muito a pé para carregar um <i>baldu d'água</i> .
A seca traz muita dificuldade começa pela <i>farta</i> d'água para os humanos e para a criação de animais.
Uma paisagem seca, morta, a terra rachada e urubus à espera de uma carniça (animal morto) para matar sua fome.

Verificamos que os relatos são semelhantes em relação ao sofrimento, à escassez de água e à distância, fazendo uso de elementos fixos como a descrição da paisagem. As falas apresentam como foco central, a falta de água, através da expressão *farta d'água* para o consumo dos seres vivos, restringindo-se ao *baldu d'água*. Assim descreve um depoente, fazendo referência a essa carência: “Eu ia buscar água na cacimba, quando não tinha esperava criar e trazia no galão – feito de duas latas de dezoito (18) litros de querosene. A lata de querosene vinha do gás que alimentava as lamparinas para iluminar a escuridão” (FALA 10, 2019). “As cacimbas e cacimbões foram cada vez mais sendo aprofundados, em busca de ralos brotos de água barrenta, em raros pontos de umidade do solo nos baixios” (PEREIRA, 2019, p. 42). Assim, a luta pela sobrevivência passou a ser um desafio primário da população pobre das zonas urbanas e rurais do Alto Oeste Potiguar. Em segundo plano, a escassez repercute na morte dos animais domésticos e selvagens.

A região é conhecida por suas secas cíclicas e prolongadas, tem historicamente sofrido com a estiagem, fome, morte de pessoas e do gado. Caracteriza-se pela permanência de vínculos a favores clientelistas, numa teia de poderes informais que influenciam a estrutura da administração pública, em particular, as decisões em matéria de gestão e de uso da água. Essas relações de poder são geralmente associadas a contextos rurais, com expressão na chamada indústria da seca, resultado no qual o acesso à água está atrelado a

um quadro de dominação sobre o território e a posse da terra com repercussão na dominação política (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015).

Essa ingerência na resolução dos problemas sociais da época e no enfrentamento para a convivência com a seca, tem repercussões históricas, resultantes das relações políticas entre o poder local e o poder nacional, retratada na configuração do coronelismo e do clientelismo que se desenvolveram na Primeira República, inclusive, com a participação dos municípios e que perdurou por muitos anos no âmbito da política nacional. O coronelismo é um sistema político, com uma complexa rede de relações, que vai desde a imagem do coronel até a figura do presidente da República, envolvendo interesses recíprocos. Esse sistema político-oligárquico tem origem na aproximação de um acontecimento político com o cenário econômico vigente (CARVALHO, 1997).

A partir dessa discussão, visualizamos nas falas dos depoentes, um clima de exploração e de descaso com a vida humana, provenientes das políticas do coronelismo, em que a vontade e os interesses comuns sobrepujaram as necessidades proeminentes de milhares de sobreviventes marginalizados pela seca, considerada como fenômeno natural. “Era um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis”, afirma Carvalho (1997, p. 02). Porém, as ações e atuações das oligarquias regionais deságuam em um outro conceito tão confundido com o de coronelismo - o clientelismo.

No entanto, o clientelismo representou de modo geral, “um tipo de relação entre atores políticos que envolve a concessão de privilégios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo, na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 03). Essa é uma realidade visivelmente deslumbrada nas histórias orais desses depoentes, com vínculo nos aspectos e conteúdo que retratam as sucessivas secas, que adquiriram no contexto político, a configuração de clientelismo, com vistas a exploração do homem nordestino, através dos recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso, pelos detentores do poder - o governo e os latifundiários – donos das terras e dos meios de produção.

Mediante a categoria de memória coletiva de Halbwachs, a rememoração deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as recordações de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social, mas também de acontecimentos dentro da temporalidade das reminiscências capaz de reforçar a relação entre memória e identidade social, por meio das ações políticas e econômicas vigentes no decorrer da historicidade.

Para tanto, a memória na concepção de Halbwachs é um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais. (SILVA, 2016, p. 248)

Nesse sentido, o conceito e, sobretudo, o funcionamento da memória, ganhou importantes aportes das ciências físicas e biológicas, ao lado das Ciências Sociais. Ela é reativada a partir de diferentes estímulos, é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências, existências e experiências de vida ocorridas no passado (SILVA, 2016). Nas Ciências Sociais encontramos estudos que relacionam a lembrança individual ao meio social, fundamentais para o nosso trabalho, em que se articula os relatos individuais à reminiscência da seca. Halbwachs defende a teoria a respeito de como os grupos humanos constroem significações a partir de seu cotidiano e, coletivamente, as compartilham no entrecruzamento dos tempos sociais. Assim, a sua teoria se concentra em expor o movimento dela, constituindo uma tentativa de construção do passado a partir de uma reflexão do presente, em relação ao que deve ser silenciado e o que deve ser lembrado por um grupo que responde a dinâmica da arbitrariedade dos poderes informais mais ou menos intensos e acentuados dos interesses políticos e pessoais (CANABARRO, MOSER, ERNESTO, 2018).

Essas lembranças são expostas nos atributos apontados nas falas dos entrevistados, a caracterização da paisagem do semiárido nordestino como solo rachado, vegetação cinzenta, sol quente, falta de água e de alimentos,

doenças, animais mortos e outros. Todo esse conjunto de particularidades envolvem a saga dos retirantes e de convulsão social derivados da estiagem. A paisagem descrita pelos intervenientes retrata a caatinga, vegetação típica da região que no período de seca adquire a cor acinzentada.

Desse modo, o semiárido nordestino apresenta-se com apenas duas estações do ano; a das chuvas e a das secas, que afetam os municípios da região. Esse trabalho de rememoração, a que nos propomos pesquisar, parte de um contexto atual de estiagem, moderada para um âmbito marcado pela seca severa, a qual tem características compartilhadas e a consciência de que ao serem reavivadas contribuem para o aumento do conhecimento sobre as secas passadas, para a ampliação da resiliência e do entendimento sobre as formas de enfrentamento da aridez no passado (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018).

Portanto, fatores políticos, econômicos, sociais e naturais se entrelaçaram resultando na exploração de atividades de troca de favores e do clientelismo propulsor pela classe oligárquica. Essa abordagem propõe que os componentes meteorológicos, como por exemplo, um período mais prolongado de estiagem não pode ser considerado a principal causa de culpabilidade pela falta de água, mas existe todo um aparato de ações e de discurso ideológico no sentido de responsabilizar as causas naturais pela seca.

As lembranças de um passado seco que permanecem úmidas na memória

Os determinantes naturais, sociais, políticos e econômicos são essenciais para o desenvolvimento das condições de vida humana. Sobre os determinantes, é comum que a evolução dos sistemas não tenha conseguido ser homogênea a nível global e que as especificidades de cada região e das suas gentes, tenham se tornado comum diante do enfrentamento da seca. No entanto, parece evidente que os motivos naturais na região do semiárido foram significantes para os retrocessos sociais. Com isso, percebe-se que o nosso estudo acena para diferentes particularidades, através da memória do passado que acabou por assumir diferentes formas no contexto social.

A memória está conectada ao fazer ligações profundas com o passado, de modo que a lembrança é algo que contribui para o fortalecimento da rememoração, através das histórias orais de vida, ao transferi-la para fora do corpo do sujeito. Além disso, reserva ao indivíduo, que lembra um papel social fundamental para tornar escrito o legado destas reminiscências. É uma espécie de memória viva do seu grupo social, de sua identidade individual que se estende para a coletividade (HALBWACHS, 2013). Nesse campo, destaca-se as lembranças dos nossos pesquisados que conviveram com a seca.

Em 1970 formava-se um grande temporal mas não chovia, uma seca castigante. Casado deixava a mulher em casa e ia trabalhar na rodagem, cavava terra e carregava em carro de mão para os aterros na construção da estrada que liga São Miguel a Pau dos Ferros/RN, numa localidade chamada *Pai Cabra*, passava a semana no serviço e vinha para casa no final de semana. O pagamento era pouco feito de 15 em 15 dias (FALA 9, 2019).

Desse modo, a memória é considerada indispensável na rememoração dos acontecimentos vivenciados pelo pesquisados. Assim, descreve outro depoente, “na seca de 1970, eu era apontador e fui trabalhar na construção da estrada que liga São Miguel a Pau dos Ferros/RN. Fazia o percurso a pé pois o ganho da emergência não dava para pagar transporte” (FALA 08, 2019). Identificamos entre as falas dos depoentes, semelhanças nos fatos lembrados com foco no sofrimento, na distância e no trabalho pesado na medida em que associa a estes acontecimentos a baixa remuneração recebida, denunciando as condições de exploração a que eram submetidos. Enquanto isso,

A seca de faz lembrar da tristeza estampada no rosto dos outros, ao presenciar a necessidade das pessoas e não poder fazer nada, no comércio e na convivência com as pessoas, eu ouvia os relatos dos sofrimentos das pessoas fragilizadas e castigadas pela rudez da seca. Além disso, os comerciantes viviam apavorados com medo dos saques em seu comércio” (FALA 4, 2019).

Esse relato coaduna-se ao pensamento de Halbwachs (2013, p.30) “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”. O período seco provoca mudanças fundamentais na organização e nas relações sociais, nas atividades corriqueiras, papéis e percepções do indivíduo, ocasionando

mudanças importantes para a memória individual e coletiva. Veja o que outro personagem nos diz sobre a seca de 1981 a 1983:

Vida de miséria, muita esperança de um dia vencer na vida. A única coisa que me dava fé de continuar viva era os filhos, porque nem casa para morar eu tinha, vivia em um armazém lá no sítio do meu pai. Os filhos formavam uma escadinha, cada ano, um filho. Era um na barriga, outro no colo e os demais puxando a barra do vestido (FALA 5, 2019).

Nessa perspectiva, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico, onde aparece vinculada a religiosidade como elemento de esperança para continuar vivos. As reminiscências permanecem coletivas e são compartilhadas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Assim, descrevemos um contexto marcado pela seca, o qual tem características distintas de outras localidades, o que pode antecipar os possíveis efeitos no agravamento dos problemas sociais locais. São problemas relacionados à fome, a moradia, ao planejamento familiar e ao sofrimento dos povos atingidos pelas estiagens subsequentes:

Me lembro da seca de 94 que teve o programa de emergência para o trabalho de recuperação de estradas e na escavação de cacimbão. Era uma falta de água e de colheita, o período foi chamado de Seca Verde⁵. Me lembro que além do dinheiro da paga tinha o feijão preto doado pelo programa de governo estadual, conhecido pelo feijão de Zé Agripino – Governador da época (1994). Quando vinha para a cidade (zona urbana) receber o pagamento tinha a oportunidade de conhecer outras pessoas, de outras comunidades rurais, para conversarmos sobre o mesmo sofrimento. (FALA 1, 2019).

Os Programas de Emergência são respostas mais urgentes de combate aos efeitos das secas, através das frentes de trabalho propostas pelo Governo Federal, enviados ao Estado, basicamente se concentram em ações de renda, alimentos (cestas básicas) e água (carro-pipa), como proposta de convivência com o semiárido. Esse conjunto de ações é deflagrado quando o flagelo da estiagem começa a causar instabilidade social, como por exemplo, a ocorrência de saques no comércio local, a fuga em busca da sobrevivência,

⁵Chuvas abundantes, mas mal distribuídas, que impedem a acumulação de águas, mas permitem o crescimento da vegetação.

principalmente, água. O impacto efetivo sobre as pessoas e suas atividades varia de acordo com o resultado de políticas públicas e estratégias de resposta às secas (BRASIL, 2012).

Inicialmente, essas medidas foram criticadas pela ausência de planejamento, ingerência política e falta de ações permanentes, sendo essencialmente classificadas de políticas públicas assistencialistas. A criação, em 1909, da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), como primeiro órgão federal de resposta às secas, não inverteu a tendência, beneficiando a chamada indústria da seca⁶, tendo acesso privilegiado a medidas emergenciais e, em particular, ao apoio na construção de açudes privados, que lhe permite manter e alargar antigos vínculos de dependência, que por sua vez, subjagam ao interesse político e pessoal, aos que se aproveitavam dos programas assistenciais em benefício próprio, em detrimento do real necessitado – o marginalizado. Assim, descreve outra memória viva em relação a seca.

A lembrança da emergência, das frentes de trabalho para a construção de açudes para encher d'água quando chovesse. O feijão preto doado pelo governador Zé Agripino e um alimento chamado de *Bugue*, que era colocado de molho para inchar, parecido com arroz, era comido com a carne de jabá (charque) que vinha na cesta básica doada. (FALA 2, 2019).

Nessa perspectiva, descrevemos um ambiente estereotípico diante do desrespeito a vida humana: “a pior experiência com a seca foi em relação ao *bugue*, uma comida muito ruim parecida com arroz para passarinho. Na minha opinião aquilo não era comer de gente não. Era para animais” (FALA 10, 2019). Por esse relato, podemos comparar o homem que conviveu com a seca deste período com o poema de Manuel Bandeira “O bicho”, que denuncia uma cena de animalização do homem. “O *bugue* era um tipo de alimento oferecido pelos governos às famílias sertanejas nos períodos de estiagens. Era um grão que inchava muito durante o cozimento, porém, pouco nutritivo” (PEREIRA, 2019, p. 42). Assim, retrata o descaso público, ao oferecer uma alimentação digna com as necessidades básicas do ser humano.

⁶Termo utilizado para definir a estratégia de alguns políticos que se aproveitam da seca no Nordeste para o benefício próprio.

Contudo, as lembranças persistem no ideário de vida dos intervenientes pesquisados: “me lembro de uma família de doze (12) filhos que amanhecia o dia e não tinha nada para comer. O próprio *Bugue* quando estava de molho eles comiam cru mesmo, pois a fome não esperava até cozinhar” (FALA 3, 2019). O cenário aborda as famílias numerosas, geralmente, composta por muitas crianças, tipo uma escadinha, com diferença de idade de uma para outra, de um ano ou menos, de idade. Mas também marcado pela subnutrição como consequência da escassez de alimento no período de seca, ou seja, fome. Com isso, os relatos se sucedem na memória descrita por outro depoente:

Convivi com a seca quando criança, depois de casado teve outros tempos de seca mas nunca faltou o que comer. Porque já tinha as frentes de trabalho, a emergência ocorria nas grandes propriedades, na construção de estradas, barragens para a captação das águas das chuvas. Essa esperança pela chuva é que nos encorajava para resistir ao período de seca. Precisava ter muita fé em Deus para resistir as durezas da vida (FALA 7, 2019).

Contudo, essas cenas se repetem assim como ocorrem os períodos de escassez de chuvas: “a lembrança da seca de 1998 foi marcante para mim, lembro que foi o ano da minha aposentadoria e o primeiro pagamento comprei uma feira (cesta básica) para alimentar uma família que passava fome” (FALA 9, 2019). Também não se pode esquecer o efeito da aposentadoria rural, o próprio bolsa família e bolsa estiagem, como políticas públicas que atuaram no sentido de enfrentamento da seca e das desigualdades sociais, mesmo sabendo que foram insuficientes para a promoção do desenvolvimento na região. Ademais, ao longo do último século e meio, foi criada infraestrutura de acumulação de água em açudes, que tem se mostrado capaz de assegurar o abastecimento de água para a maioria da população em anos de secas (BRASIL, 2012).

Em 1998 vêm à tona, mais uma vez, as consequências de uma outra seca no Nordeste: população faminta promovendo saques a depósitos de alimentos e feiras livres, animais morrendo e lavoura perdida, porém, o espírito de solidariedade não morre nunca. Após a imprensa e a televisão mostrarem famílias inteiras passando fome e orando pela chuva, é que o Governo Federal anunciou um programa de emergência, através do qual passou a distribuir

cestas básicas (10 kg por família) aos flagelados. O efeito de dramatização da tragédia da seca que a mídia nacional e regional divulgaram, reflete nos tempos de resposta da administração pública: “as notícias do Diário de Natal dão conta da chegada dos retirantes a capital do estado, percorrem o drama de várias cidades do interior que se encontravam ameaçadas de saque e sem socorro federal” (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018, p. 6 - 7).

Historicamente não se pode ignorar o benefício de diversos programas de enfrentamento da seca que visaram melhorar a vida das famílias que vivem na região do semiárido nordestino, garantindo o acesso à água de qualidade. Para isso, citamos o Programa, Um Milhão de Cisternas (P1MC), iniciativa proposta em 2003 pela Articulação do Semiárido (ASA) e que conta com a participação e colaboração dos moradores dos municípios envolvidos no programa, que objetivava unir forças para traçar um futuro com mais dignidade e qualidade de vida para as famílias agricultoras que mais sofrem com as estiagens no Brasil, promovendo e assegurando o acesso à água potável, como direito humano fundamental (BARACHO, 2013).

Além disso, as atividades desenvolvidas pelas frentes de trabalho na construção de açudes e barragens constitui um elemento positivo para o enfrentamento da seca, considerados como tecnologias sociais, assim como a construção das cisternas de placas, promovidas pelo P1MC que faz parte das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, além de promover uma mobilização social e o envolvimento da população com as demandas que envolvem a melhoria das condições de vida dos sujeitos atingidos pelas sucessivas estiagens (BARACHO, 2013). Conforme os depoimentos, a memória individual assinala a contribuição no construto da memória social no processo de rememoração que dá conta de descrever com precisão fatos vivenciados no passado.

Nesse sentido, notamos o agrupamento de ideias que dão sustentação a pesquisa, utilizando-se mais uma vez da categoria de pensamento de Halbwachs (2013), dando ao estudo um estatuto social de memória coletiva, compreendendo que o passado é uma construção do presente, mostrando a relação do homem com as questões da temporalidade. A partir deste

pensamento, para esse autor, não existe passado em si, mas um passado construído/reconstruído pelo grupo, por meio de uma memória impregnada de sentidos, subjetividades, sofrimentos, esperanças, relações de poder na construção de uma homogeneização do ver e pensar um determinado elemento da vida cotidiana (CANABARRO, MOSER, ERNESTO, 2018).

No entanto, é preciso destacar que para recordar um fato do passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros para que o sujeito se lembre dele. É preciso que o sujeito traga consigo algum vestígio da rememoração para que os conjuntos de testemunhos se constituam em lembranças, *insights* de memórias. Nesse processo de rememoração, é importante que a memória individual esteja em consonância com a recordação de outros membros do grupo social. Tal como afirma Alencar (2007), o fato do vínculo com as gerações passadas e com determinado lugar ser reforçado com as narrativas daqueles que são os guardiões da lembrança que, ao narrar a história do grupo, dão continuidade ao lugar na memória das gerações presentes.

A seca como representação da fome no cenário micaelense

Discorrer sobre a fome nessa categoria refere-se à inanição proveniente dos efeitos de longas estiagens, particularmente, ao período que corresponde a vivência de nossos pesquisados, compreendendo a seca de 1932, aos dias atuais. A maioria das políticas públicas praticadas no Nordeste brasileiro foi formulada no âmbito do combate às secas: “na esfera de governo o debate se a seca requeria políticas públicas estava superado e evoluiu para a questão de quais ações de governo seriam necessárias para mitigar os efeitos das secas” (CAMPOS, 2014, p. 75). Entre tais, a solução hidráulica é apontada como alternativa pelo governo central, a construção de grandes açudes com efeito para criar uma política de redução da vulnerabilidade do semiárido às secas.

A questão das políticas públicas de combate e convivência com as secas passou a ser uma política de governo que se enveredou por diferentes caminhos para o enfrentamento às estiagens:

as irregularidades das chuvas é um obstáculo constante ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e a lacuna de sistemas eficientes para o armazenamento da água, que estão quase sempre concentrados nas mãos de poucos, intensifica ainda mais os efeitos sociais” (MARENGO, 2008.p. 149).

Assim, para solucionar o problema emergente nessa região, era essencial o fornecimento de água potável. De acordo com Campos (2014), as duas principais opções pensadas a época foram: o sistema de açudagem e a importação de água de rios perenes, no caso da bacia do rio São Francisco. A opção de transpor as águas do São Francisco com os recursos financeiros e tecnológicos da época era inviável. Assim, esta opção ficou em segundo plano no debate, ressurgindo com força em período mais recente com a execução da obra do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Ademais, para resolver de imediato o problema da seca, a política de construção de açudes foi a selecionada pelos administradores públicos. Porém, era uma política que dependia não só dos recursos financeiros do governo, mas das condições climáticas, meteorológicas e naturais: “todavia, não se pode dizer que os intelectuais da formulação das políticas tinham a ilusão de que a construção de açudes, por si só, fosse capaz de acabar com as secas” (CAMPOS, 2014, p. 77). Sabe-se que as chuvas do semiárido nordestino apresentam enorme variabilidade espacial e temporal, com isso, nem todos os municípios são beneficiados pela pluviometria positiva e regular, convergindo para a descrição da seca como fenômeno natural, conseqüentemente, apontada como cenário de fome pelos sobreviventes micalenses através das histórias orais.

Nas Ciências Sociais, encontramos estudos que relacionam a rememoração individual ao meio social, fundamental para a nossa pesquisa, em que articula-se os relatos individuais à memória local. Os estudos empreendidos por Halbwachs (2013) contribuíram especificamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória, quer sejam políticos, culturais ou econômicos. O indivíduo carrega consigo a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no

contexto dessas relações que construímos as lembranças da história da fome de nossos depoentes.

O aspecto ruim foi o feijão preto que de tão ruim me obrigou a comprar uma panela de pressão, mesmo assim, não cozinhava, ficava teso, muita gente pilava transformava em farinha para comer devido a saga da fome. O *bugue* se fosse hoje era considerado ração de animal parecia um arroz na casca, sendo totalmente inconsumível pelos humanos (FALA 1, 2019).

Nesse contexto, percebemos uma alimentação imprópria para o consumo humano, colocando em risco a vida dessa gente. Relato também compartilhado pelo depoente seguinte: “foi um ano que meu pai comprou muita farinha para fazer pirão de feijão chamado *capião* para alimentar os filhos e a fome demorar a voltar” (FALA 9, 2019). A situação de seca, em particular, sempre é sinônimo de agruras nas populações rurais do interior da região, e tem sido objeto de preocupação da sociedade desde muito tempo. Para Marengo (2008, p. 157):

o século 20 foi um dos mais áridos, registrando nada menos que 27 anos de estiagem. A seca mais longa começou em 1979 e 50% do gado morreu por falta d’água, a desnutrição explodiu e milhares de pessoas morreram de sede e desnutrição.

Em consequência, os intervenientes da seca estavam expostos a diversos riscos sociais, devido ao fator deslocamento, por grandes distâncias colocava-se em perigo a própria vida. Assim descreve: “andava muito a pé devido a família voltava todo dia para casa. Era muito quilômetros a pé” (FALA 2, 2019). E ainda, “O mais marcante era a viagem de ida e de volta a pé, não me esqueço nunca desse percurso que me estragou até hoje, fiquei com sequelas, com varizes que até hoje me impede de andar e trabalhar” (FALA 8, 2019). Esses fatos colocavam em perigo a vida destes retirantes que percorriam longas distâncias, corriam o risco de assaltos, saqueamento por grupos mais faminto em busca da sobrevivência. Assim, as pessoas pobres são, naturalmente, as mais vulneráveis, porque não dispõem de meios para enfrentar crises dessa natureza (BRASIL, 2012).

Meus irmãos saía de madrugada para trabalhar nas frentes de emergência, na restauração e construção de açudes na esperança de um dia encher quando chovesse. Eles saíam com um *bornó*⁷ amarrado no cabo das ferramentas (enxada, chibanca, pá e outras) voltavam de mês em mês em casa, quando o apontador liberava os trabalhadores para visitar as famílias. Meu pai era muito trabalhador mas na seca de 1964 não tiramos da roçanem o que comer durante o ano – agricultura de subsistência (FALA 4, 2019).

Nessa perspectiva, podemos visualizar a figura do retirante que deixa sua localidade em busca da sobrevivência para a família. Entre as atividades econômicas, as que dependem diretamente do clima são mais vulneráveis, de modo especial, a agricultura de sequeiro e a pecuária. Sem dúvida, a pequena agricultura de subsistência, praticada por trabalhadores rurais e pequenos produtores, forma o conjunto econômico e social mais vulnerável à seca (BRASIL, 2012).

Além disso, os riscos sociais se atrelavam também as más condições de higiene, a água imprópria para o consumo humano como vetor propício a proliferação de doenças. Com isso, problemas como fome, o abandono das cidades de origem, o rastreamento de doenças, a especulação com os preços dos produtos alimentícios, possíveis situações de corrupção nas frentes de trabalho aos flagelados eram constantes (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018). Veja o depoimento a seguir.

Meu pai contava que em 32 tinha uma rodagem lá para o lado do Ceará para a construção do açude de Lima Campos/CE, andava a pé até a essa frente de trabalho, trabalhava duas semanas. O sofrimento era grande devido à distância. Recebia o fornecimento (alimentos), o ganho e voltava para casa. Tinha em torno de 3.000 homens passando fome. O apontador liberava alimentos, mas a maioria que comiam essa alimentação passavam mal, teve dia de enterrar até dezoito (18) trabalhadores (FALA 3, 2019).

Historicamente, a grande transformação e empenho político ocorre a partir da Grande Seca de 1877-1879, que foi reforçada com a criação do IOCS em 1909. A nova política de construção de açudes proposta pelo governo, tem como marco inicial a construção do reservatório de Cedro, no Ceará, construído em 1924, depois outras obras dessa natureza, foram sendo construídas a partir da seca de 1930 e 1932, em diferentes cidades do

⁷Espécie de saco feito de tecido com um cordão ao redor que puxando fecha o saco e que se levava pendurado.

semiárido nordestino, inclusive, esse reservatório relatado no depoimento – o açude de Lima Campos/CE. Sobre o futuro, atuais cenários nos dizem que o clima seco da caatinga e a falta de chuvas “indicam o aumento de temperatura no mínimo de 2 graus e uma redução de até 15% no volume da chuva, ficando o clima de 15% a 20% mais seco, ocasionando o agravamento da seca com impactos negativos na perda da biodiversidade da caatinga, na agricultura e na saúde (MARENGO, 2008).

No campo das doenças, os intervenientes afirmaram “teve um grande surto de pneumonia nas crianças” (FALA 5, 2019). Ainda mais: “o ruim foi o sarampo que acometeu todas as famílias tipo uma espécie de epidemia (FALA 7, 2019). De acordo com Paiva, Oliveira e Ferreira (2018), em resposta à situação de vulnerabilidade dos flagelados, coube ainda fazer referência às notícias sobre a sua condição de saúde. Como por exemplo, a distribuição de 10 mil vacinas antivariólicas já utilizadas entre as vítimas da seca no Rio Grande do Norte, e o combate a ameaça de tuberculose entre os flagelados nordestinos. Seguindo esse mesmo pensamento, descreveram,

Na seca de 1942 nós moravam no estado do Maranhão, meu pai teve um problema de saúde que precisava voltar logo para nossa cidade. Vi a morte rondando nossa família. Essa volta foi tão sofrida no pau de arara que cortava a estrada empoeirada, o calor que parecia uma brasa sobre nossas cabeças (FALA 6, 2019).

Por este depoimento, vislumbramos a figura do retirante que, além de fugir da seca, foge também das mazelas associadas a ela, como as doenças que estão vinculadas ao enfrentamento da seca e por sua aparente incapacidade de se buscar atendimento em uma unidade de saúde. Nas secas mais antigas, a quantidade de pessoas que morriam de fome, sede e doenças ligadas à desnutrição provocada pela seca, podia chegar a várias centenas de milhares. Por isso, a seca no Nordeste se caracteriza, sobretudo, como um grave problema social (BRASIL, 2012).

De acordo com Pereira (2019), a imagem do pau de arara representa também a fuga em busca de emprego para as capitais, os veículos superlotados seguiam em direção a São Paulo/SP, região sudeste do país, transportando homens à solidão da cidade grande, perdendo o contato com a

família e, por vezes, não conseguindo dispor de condições suficientes de retorno digno. Esses formavam o retrato das condições socioeconômicas desfavoráveis, não apenas no Alto Oeste Potiguar, ou em São Miguel/RN, mas em todo o semiárido nordestino. Depoimentos correlacionados com outros autores comungam de uma visão comum:

Não deveremos esquecer a presença dos retirantes, provavelmente os primeiros refugiados ambientais da América do Sul, em traços simbólicos e distintivos. A literatura, as artes de uma forma geral, mas também as imagens da vida cotidiana, por exemplo, expressas na fuga através do chamado Pau de Arara, consagram esses símbolos como elementos transversais da cultura nordestina, na qual estão igualmente presentes o cangaço e a religiosidade. O retirante é o rosto da seca e do desespero, o motivo da solidariedade e das políticas públicas de assistência, mas é também o rosto do estereótipo e do atraso. A gente anônima que chega às cidades, traz insegurança, peste e aumento do custo de vida (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018, p. 08).

Nessa intenção, a rememoração individual se faz na tessitura das memórias presentes dos diferentes intervenientes com quem nos comunicamos, levamos em conta o caráter social da dinâmica entre a lembrança e (do) esquecimento em cada indivíduo sobre a seca, mas também, o fato de ser uma sociedade sucessivamente estigmatizada pelas desigualdades sociais marcada por uma ideia de incapacidade no desenvolvimento social (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018).

De um lado, a construção de açudes, o programa de cisternas e outras ações de formação da infraestrutura hidráulica como solução, propiciou condições de sustentabilidade e de desenvolvimento dos municípios atingidos pelas sucessivas secas: “nesse período aconteceu redução significativa da frequência das secas hidrológicas. As secas agrícolas persistiram, contudo, sem ocasionar os desastres e mortandades que aconteciam no passado” (CAMPOS, 2014, p. 85). Com isso, mesmo não sendo possível o acúmulo de água nos grandes reservatórios, a agricultura de subsistência era a base de sustentação para as atividades humanas.

Por outro lado, o combate à pobreza sempre foi característica associada ao socorro público aos flagelados das secas no semiárido. Também não podemos esquecer as intervenções sociais, o efeito da aposentadoria rural, o bolsa família e bolsa estiagem que, como políticas públicas, contribuíram

positivamente para o enfrentamento da seca, ainda que insuficientes para a promoção do desenvolvimento social com equidade.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa tem como objetivo assegurar o direito humano a alimentação adequada e promover a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável a fome. Muitas famílias do semiárido certamente enquadram-se entre os eletivos para o Programa (CAMPOS, 2014, p. 81).

Desse modo, não se pode deixar de reconhecer que muitas ações foram realizadas em socorro à sociedade nordestina e, conseqüentemente, ao povo micoelense, que sentiram na pele os mesmos efeitos da seca nacional, população que, em condições naturais, não teria a mínima condição de sustentabilidade e de sobrevivência, se não tivesse a mão invisível ou visível do Estado, atuando na resolução das problemáticas relativas às estiagens. Basta analisar no atual cenário, os programas sociais, a exemplo, o Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Agricultura Familiar, Programa de Microcrédito Produtivo, o CrediAmigo e outros, implantados pelos governos ao longo dos tempos, que reduziram significativamente os impactos de miserabilidade sobre as populações.

Contudo, esse processo de estigmatização retrata a saga do homem nordestino, tanto através da literatura, da pintura e da poesia imbuída de uma imagem refletida no cenário nacional do nordeste atrasado, da fome e da miséria com marca no âmbito da historiografia, da arte e dos meios de comunicação (PAIVA; OLIVEIRA; FERREIRA, 2018). Assim, essas descrições possuem um caráter social expresso pela linguagem que narram as representações sociais em suas múltiplas facetas, com a construção e a reprodução de uma narrativa do âmbito social, que chega ao pesquisador por meio da oralidade. Thompson (2002) nos adverte para a exploração das potencialidades dos entrevistados, de maneira a ultrapassar o limite de qualquer generalização estereotipada ou evasiva, que faz parte do método da História Oral. A finalidade é fazer o depoente alcançar um alto nível de detalhamento em suas lembranças. Naturalmente, essa tarefa exige sensibilidade, experiência e maleabilidade por parte do entrevistador, devendo

este provocar a rememoração de forma aprofundada, mas sem perder o controle sobre o que se pretende saber. E ainda, o cuidado do pesquisador não interferir na resposta do entrevistado.

Considerações finais

A partir das reflexões propostas nesse trabalho, verificamos ao longo do texto, que os depoentes apresentam um perfil socioeconômico característico das famílias de baixa renda, de gente simples que conviveram com as angústias da seca na região. Descreveram cirurgicamente o cenário do enfrentamento das estiagens na figura do trabalho árduo, da dependência das políticas públicas, da imigração, da fome e das mazelas sociais, oriundas desta condição de escassez de água. Porém, mantinham acesa a chama da esperança, representada pela religiosidade predominante na região, enfim, os entrevistados por meio de suas histórias orais, nos apresentam um verdadeiro malabarismo para sobrevivência à seca.

De acordo com estudos, o segredo da convivência com os longos períodos de secas está em seu modo de adaptar-se e adequar-se a elas: “não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente” (MALVEZZI, 2007, p. 12). Essa inteligência depara-se com a perseverança e a esperança por dia melhores, pois ainda hoje, os entrevistados demonstram alegria e satisfação, por estarem revivendo um passado de memória que agora ficará registrado no papel.

Assim, mediante as histórias presenciadas, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados com êxito, quando colhemos narrativas de pessoas mais velhas, quando conhecemos e compreendemos a percepção desses sujeitos quanto ao fenômeno e convivência com a seca. Foram depoimentos que descreveram um cenário de solo seco, vegetação cinzenta, sol escaldante que parecia tremer na infinidade, a falta de água, as doenças que surgiam não se sabe de onde, a morte do gado e de outros animais, a vida de retirantes em virtudes das secas cíclicas e prolongadas. Assim, as políticas públicas ensejaram mudanças significativas no percurso das sucessivas

estiagens, através dos programas sociais implantados pelos governos, porém, com redução tímida dos impactos sobre a população acometida pelos danos das secas no semiárido nordestino e, por que não dizer, no município de São Miguel/RN.

Por fim, o artigo não aprofunda o debate, mas abre uma primeira discussão sobre o aprendizado dessas narrativas no possível enfrentamento do efeito das alterações climáticas, que pode ser outro componente da pesquisa que se revela da maior importância, mas que não conseguimos dar conta em apenas um artigo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2015.

ALENCAR, E. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. **Teoria & Pesquisa**. V. XVI, nº 02. pp. 95-110. 2007. https://www.academia.edu/2065355/Paisagens_da_mem%C3%B3ria_narrativa_oral_paisagem_e_mem%C3%B3ria_social_no_processo_de_constru%C3%A7%C3%A3o_da_identidade.

ALTEZ, Y. Algumas reflexiones sobre el concepto “memoria colectiva”. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/16690/10250>

BARACHO, M. **Programa Um Milhão de Cisternas leva água e melhora qualidade de vida da população do semiárido brasileiro** [Internet]. Recife (PE): Portal DSS Nordeste; 2013 Jan 24. Disponível em: <http://dssbr.org/site/experiencias/programa-um-milhao-de-cisternas-leva-agua-e-melhora-qualidade-de-vida-da-populacao-do-semiarido-brasileiro>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977), 2016.

BRASIL. **A Questão da Água no Nordeste**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Mundial da Saúde. **Saúde no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: MS, 2013. 45p.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, 28 (82), 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/05.pdf>.

CANABARRO, I. S.; MOSER, L. M.; ERNESTO, E. S. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para leitura de uma cultura. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.10, n.18, Jan./Jul, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/16690/10250>

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, vol. 40 n. 2, Rio de Janeiro 1997. doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. 2019.

MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF n.27 dezembro 2008. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/329/323.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

PAIVA, A. L.; OLIVEIRA, H. E. L.; FERREIRA, J. G. Memória social, políticas públicas e estratégias locais de enfrentamento da seca no Rio Grande do Norte. In: **Anais do Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido**. Natal, 12 a 14 de dezembro, 2018.

PEREIRA, J. W. G. **Barragem poço de varas nos municípios de Cel. João Pessoa (RN) e São Miguel (RN): proposta política, territorialidade e memória coletiva**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) Territoriais) – Pau dos Ferros, UERN, 2019.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. (Tradução Ananyr Porto Fajardo) - 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SILVA, G. F. In: Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013. **Aedos** Revista do corpo discente do PPG - História da UFRGS. Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000130&pid=S0102-0188201200010001800003&lng=pt.

THOMPSON, P. A Entrevista. In: **A voz do passado – História oral**. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G.M. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Fortaleza: Edições Rocha, UECE, 2001.